

As Contribuições de Carlos Langoni e Celso Furtado Sobre a Questão da Desigualdade de Renda no Brasil

Ricardo Ismael*

RESUMO:

A obsessão pelo tema do crescimento econômico marcou várias gerações, tornando-se por assim dizer um fator legitimador para governantes de todo o país. Entretanto, enquanto grandes esforços eram feitos para a economia crescer, e ela terminou crescendo bastante no século XX, especialmente no período de 1930 a 1980, a questão da desigualdade ficou em segundo plano. Esta comunicação pretende discutir as razões apresentadas por Carlos Geraldo Langoni e por Celso Furtado para explicar a desigualdade de renda no contexto da industrialização do país, procurando ressaltar que o primeiro defendeu a redução dos desníveis educacionais como fator mais relevante para atenuar os desníveis salariais entre os trabalhadores, enquanto o segundo apoiou a regulação do mercado de trabalho por parte do Estado, diante do baixo poder de barganha dos sindicatos frente ao patronato.

Palavras-chave: pensamento econômico; mercado de trabalho; desigualdade de renda

ABSTRACT:

The obsession with economic growth marked many generations and became a legitimating factor for government leaders throughout Brazil. However, when tremendous efforts were employed for the economy to grow, which it did remarkably in the twentieth century, especially from 1930 to 1980, concern with inequality was relegated to a lower priority. This paper wishes to discuss the reasons presented by Carlos Geraldo Langoni as well as Celso Furtado to explain income inequality within the industrialization context of Brazil. It underscores that, while the former defended the reduction of educational disparities as the most relevant factor in mitigating income disparities between workers, the latter supported state regulation of the labor market, in view of the insufficient leverage of unions in relation to their employers.

Keywords: economic thought; labor market; income inequality

* Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio e Doutor em Ciência Política/IUPERJ.

1. Introdução

A economia brasileira alcançou um crescimento econômico significativo ao longo do século XX, especialmente no período de 1930 a 1980. Entretanto, quando se procura fazer uma avaliação qualitativa dos resultados obtidos observa-se, entre outros aspectos, que deixou a desejar a transformação do progresso econômico em bem-estar social, e mais grave, terminamos consolidando um dos quadros mais acentuados de desigualdade de renda do mundo, ou mesmo isolando apenas a América Latina.

Josué de Castro foi um dos primeiros representantes do pensamento social brasileiro a tratar desta questão. No livro “Geografia da Fome”, cuja primeira edição foi publicada em 1946, advertia que “o desenvolvimento econômico do Brasil, quando medido através dos índices da renda média *per capita*, não pode ser contestado”, entretanto, “se procuramos auferi-lo, através da distribuição real das rendas pelos diferentes grupos sociais, mostra-se ele então bem menos efetivo” (CASTRO, 2006:275). O caminho é persistir na industrialização, traduzida simbolicamente no texto pela produção de aço, mas sem esquecer da produção de alimentos voltada para o mercado interno. Além disso, o progresso social não pode ser medido pelas estatísticas econômicas, mas pelo fim da fome entre os brasileiros e pela distribuição real da riqueza produzida.

Esta comunicação pretende discutir as contribuições do pensamento econômico brasileiro para a compreensão do avanço e da persistência da desigualdade de renda no Brasil. Mais precisamente, quer discutir as razões apresentadas por Carlos Geraldo Langoni e por Celso Furtado para explicar as diferenças entre os rendimentos dos trabalhadores no mercado de trabalho, e conseqüentemente a concentração da renda, no período dos anos de 1960 e 1970, no contexto da industrialização do país.

2) Desníveis Educacionais, Desníveis Salariais

Um dos estudos pioneiros sobre as razões da elevada desigualdade de renda, no mercado de trabalho brasileiro, foi elaborado pelo economista Carlos Geraldo Langoni¹, sendo

¹ Carlos Geraldo Langoni possui PhD em Economia pela Universidade de Chicago (1970), foi Diretor e Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro(1973-1979), ex-presidente do Banco Central do Brasil(1980-1983), sendo atualmente Diretor do Centro de Economia Mundial da FGV-Rio.

3

publicado originalmente, em 1973, com o título de *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Esta pesquisa continua sendo reverenciada por representantes do pensamento econômico brasileiro contemporâneo, especialmente por alguns especialistas no tema da desigualdade de renda, como Francisco Ferreira, Marcelo Néri e Ricardo Paes de Barros. Para alguns “este trabalho de Langoni é, sem dúvida, o pai da moderna literatura brasileira sobre a desigualdade de renda no país, a pedra fundamental deste próspero campo de pesquisa” (NERI, 2005:11).

A investigação foi um desdobramento da parceria entre o Instituto de Pesquisas Econômicas(IPE) da Universidade de São Paulo e do Ministério da Fazenda, tendo inclusive o então ministro Antonio Delfim Netto escrito o prefácio da 1ª edição. Contou também como o apoiou do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente por ter fornecido os dados dos censos demográficos de 1960 e 1970(LANGONI: 2005:16).

O texto procura, inicialmente, descrever a evolução da distribuição de renda no país de 1960 a 1970, procurando desagregar os dados por regiões e pelos diferentes setores da economia (primário, secundário e terciário). Posteriormente, procura entender as causas da desigualdade de renda no mercado de trabalho brasileiro e, finalmente, apresenta propostas de políticas públicas “voltadas para à eliminação de distorções identificadas ao longo da pesquisa”(LANGONI: 2005:16).

A hipótese principal defendida por Langoni é de que os desníveis educacionais no processo de formação dos trabalhadores brasileiros terminariam, por assim dizer, se refletindo no mercado de trabalho através de acentuados desníveis salariais, contribuindo de forma significativa para a consolidação da desigualdade de renda no Brasil.

O autor procurou explicar a elevada desigualdade entre os rendimentos individuais no mercado de trabalho brasileiro a partir das diferenças nos níveis de educação, idade, sexo, atividade e região, utilizando para isso modelos de regressão consagrados na literatura especializada. Em outras palavras, tendo a desigualdade de renda como variável dependente, foram feitas análises nos dados dos censos demográficos de 1960 e 19670, no sentido de identificar a variável independente (educação, idade, sexo, atividade e região) que melhor explicava a variação da desigualdade de renda no Brasil (LANGONI: 2005:181).

Os resultados da investigação evidenciam a importância da educação como fator explicativo mais relevante entre todos aqueles analisados. Mais precisamente, “a contribuição marginal (normalizada) de educação para a variância da renda aumentou 33% entre 1960 e 1970”, enquanto a segunda variável independente com maior poder explicativo, idade, “sofreu

4

acréscimo de apenas 10%”. Além disso, observou-se na análise das diferentes regiões brasileiras, que a relevância da educação, como principal fator para explicar as diferenças entre os rendimentos individuais no mercado de trabalho, “tende a aumentar quanto mais dinâmica for a região”. Não se pode deixar de registrar também uma outra constatação da pesquisa. Existe uma diferença significativa entre os setores terciário e primário da economia brasileira. O primeiro setor segue o resultado geral da pesquisa. Entretanto, no setor primário observa-se que o acesso a propriedade é um fator explicativo mais importante do que a educação, quando se pretende reduzir a desigualdade de renda (LANGONI: 2005:182-183).

Langoni apresenta algumas propostas de políticas públicas no último capítulo do livro. Neste momento, destacaremos suas preocupações com a expansão da educação básica e com a realização de uma reforma agrária.

Uma política educacional voltada para a universalização da educação básica exigiria, necessariamente, uma restrição do volume de recursos direcionados para o ensino superior no país, pois “o custo direto da educação superior é aproximadamente 29 vezes do que o da educação primária”, como resultado desta distorção, “isto coloca, desde logo, um limite real nas possibilidades do sistema expandir-se, a menos que os usuários destes serviços participem, de alguma forma, de seus custos” (LANGONI: 2005:190). No que se refere à reforma agrária, o autor coloca-se contra qualquer tipo de confisco no campo, em razão da medida ser incompatível com o objetivo de fortalecer a economia de mercado. Por outro lado, entende também ser inviável o pagamento integral, pelo valor de mercado, das desapropriações. A alternativa, portanto, é a utilização de títulos da dívida pública para o pagamento das terras a serem desapropriadas, e que serão posteriormente distribuídas com novos indivíduos, “o que implica alguma redistribuição de renda, uma vez que os proprietários são obrigados a emprestar ao governo” (LANGONI: 2005:200).

De uma forma geral, tendo como referência suas sugestões para política educacional e reforma agrária, é possível dizer que Langoni filia-se à tradição liberal na medida em que defende a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, e o fortalecimento da economia de mercado, como princípios orientadores das políticas públicas nacionais.

3) A Desigualdade de Renda Resulta do Baixo Poder de Barganha dos Trabalhadores e de suas Organizações Sindicais

Uma outra perspectiva analítica tem sido utilizada pelo pensamento econômico brasileiro para entender as razões da desigualdade de renda no Brasil, a qual procura salienta

5

as debilidades históricas das forças sociais e das organizações sindicais no capitalismo brasileiro, de tal modo que a regulação do mercado de trabalho por parte do Estado torna-se necessária para reduzir a concentração de renda.

O livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* de Celso Furtado², publicado em 1961, começa a introduzir no debate uma explicação de natureza estrutural para a elevada desigualdade de renda no país. Uma das conclusões mais destacadas é aquela na qual o autor afirma que “o subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”(FURTADO,1961:180). Nesse sentido, Furtado se afasta daqueles que advogam que a evolução natural dos países capitalistas periféricos, entre eles o Brasil, seria repetir as etapas vencidas pelos países capitalistas centrais, como aqueles da Europa Ocidental.

O caso brasileiro requer um esforço de teorização autônoma, pois a economia é estruturalmente heterogênia. Convivem juntos um setor de subsistência, um outro voltado para a exportação de matérias primas e um terceiro baseado em um núcleo industrial voltado para o mercado interno, amparado pelo processo de substituição de manufaturas importadas. Desta forma, pode-se compreender o paradoxo de “que uma economia, onde a produção industrial já alcançou elevado grau de diversificação (...) apresente uma estrutura ocupacional tipicamente pré-capitalista e que grande parte de sua população esteja alheia aos benefícios do desenvolvimento”(FURTADO,1961:193).

Em uma das suas últimas entrevistas, incluída no livro *Estatísticas do Século XX* do IBGE, Furtado recupera sua teoria do subdesenvolvimento para explicar a desigualdade de renda no país. Diferentemente dos países da Europa Ocidental, as organizações sindicais no Brasil não alcançaram, com honrosas exceções, um poder barganha para garantir uma maior participação no crescimento econômico do país. Nesta perspectiva analítica, a desigualdade de renda deriva da fragilidade dos trabalhadores urbanos e rurais no conflito capital-trabalho.

Na entrevista Furtado adverte que a economia capitalista possui uma tendência natural para a concentração de renda. Entretanto, “essa tendência pode ser corrigida pela ação das

² Celso Furtado nasceu em Pombal, no estado da Paraíba, em 26 de julho de 1920, e morreu na cidade do Rio de Janeiro no dia 20 de novembro de 2004. Doutor em Economia pela Universidade Paris. Diretor do BNDE e superintendente da SUDENE no governo Juscelino Kubitschek, Ministro do Planejamento do governo Goulart e Ministro da Cultura do governo Sarney. Foi eleito para Academia Brasileira de Letras em 1997.

6

forças sociais organizadas, que levam o Estado capitalista a adotar uma política social” Destaca ainda que a experiência européia aponta para uma redistribuição da renda, “o que foi possível graças as pressões dos poderosos sindicatos”, Diferentemente das economias subdesenvolvidas, na qual “a ação das forças sociais é de muito menos eficácia (...) daí o fator político ser tão relevante nos países do Terceiro Mundo” (FURTADO,2003:16).

No caso brasileiro, o conflito distributivo inerente à própria dinâmica do capitalismo ganha, por assim dizer, novos contornos. Existem muitos setores da economia que não são capazes de reagir e de conseguir através de lutas sociais a desconcentração da renda. Conclui dizendo que no Brasil, país marcado por estruturas econômicas atrasadas e muitas vezes pré-capitalistas, verifica-se que “a sociedade não é capaz de reagir suficientemente para modificar o quadro (de concentração de renda), (...) que no fundo é o espelho do subdesenvolvimento”. (FURTADO, 2003:17).

O caminho para superação do quadro descrito passa, segundo o economista nordestino, pela intervenção do Estado, já que “se um país acumulou tamanho atraso como é o caso do Brasil, não pode sair dessa situação pelo mercado” (FURTADO, 2003:17). Mais precisamente, torna-se inevitável a regulação do mercado de trabalho, através da elaboração de políticas públicas que tenham como princípio orientador garantir uma maior participação do trabalho na riqueza produzida, e na distribuição da renda no mercado de trabalho.

.

Considerações Finais

Discutimos aqui as contribuições de Carlos Geraldo Langoni e de Celso Furtado para a compreensão do avanço e da persistência da desigualdade de renda no Brasil, no período dos anos de 1960 e 1970. Em linhas gerais, Langoni defendeu a redução dos desníveis educacionais na população brasileira, mais especificamente no nível da educação básica, como fator mais relevante para atenuar os desníveis salariais entre os trabalhadores no mercado de trabalho. Furtado, por sua vez, mostrou-se favorável à regulação do mercado de trabalho por parte do Estado, diante da reprodução de estruturas econômicas atrasadas e das debilidades das forças sociais ligadas ao trabalho frente ao patronato.

Referências Bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo (organizador). (2006), *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. (1996), Crise Econômica & Interesses Organizados: O Sindicalismo no Brasil nos Anos 80. São Paulo, EDUSP, pp. 161-187.

BARROS, Ricardo Paes de & CARVALHO, Mirela de. (2004), Desafios para a política social brasileira. In: URANI, André & GIAMBIAGI, Fabio & REIS, José Guilherme(orgs.).*Reformas no Brasil: balanço e agenda*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp.433 a 455.

CUNHA, Euclides da. (2006), Os Sertões. São Paulo, Martin Claret.

CASTRO, Josué de. (2006), *Geografia da Fome*. 6^a ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

DRAIBE, Sônia Miriam. (1993), *O “Welfare State” no Brasil: características e perspectivas*. Campinas, cadernos de pesquisa no. 8, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEEP/UNICAMP), 50p.

FERREIRA, Francisco. (2000), *Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional?* Rio de Janeiro, Departamento de Economia da PUC-Rio, Texto para Discussão no. 415.

FURTADO, Celso. (1961), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura.

_____. (2003), Entrevista para o IBGE. In: *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, IBGE, pp.11-24.

KEYNES, Maynard. John; tradução de Mário R. da Cruz. (1983), *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo, Abril Cultural.

LANGONI, Carlos Geraldo. (2005), *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. 3^a ed., Rio de Janeiro, Editora FGV.

MARX, Karl. (1988), *O Capital*. 3^a ed., São Paulo, Nova Cultural.

NERI, Marcelo Cortês. (2005), Prefácio à 3^a edição. In: LANGONI, Carlos Geraldo. (2005), *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. 3^a ed., Rio de Janeiro, Editora FGV.

POCHMANN, Marcio.(2006), Desempregados no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo.

POLANYI, Karl. (1980), *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Campus.

REIS, Elisa Pereira. A Desigualdade na Visão das Elites e do Povo Brasileiro. In: SCALON, Celi (org.). (2004), *Imagens da Desigualdade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM.

RODRIGUES, Leôncio Martins. (1990), *Partidos e Sindicatos: Escritos da Sociologia Política*. São Paulo, Ática, pp. 46-76.

8

ROUSSEAU, Jean-Jacques; tradução Rolando Roque da Silva. (1978), *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. 4ª. ed., São Paulo, Editora Cultrix.

SMITH. Adam; tradução de Teodora Cardoso e Luís Cristóvão de Aguiar. (1987), *Inquérito Sobre a natureza e as Causas da Riqueza das Nações – Vol. 1 e Vol.2*. 2ª. ed., Lisboa/Portugal, Fundação Calouste Gulbekian.

WEFFORT, Francisco C. (2006), *Formação do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo, Ática.